



Saída dos contentores de Alcântara liberta área de 25 hectares

PEDRO AZEVEDO

Mudar mercadorias para Cacilhas exige mais de 500 milhões

O governo quer transferir contentores de Alcântara para a Margem Sul. Lisboa fica com passageiros

ANA SUSPIRO
ana.suspiro@ionline.pt
LUÍS ROSA
luis.rosa@ionline.pt

O governo tem planos para transferir as mercadorias do Porto de Lisboa para a Margem Sul. A concentração das mercadorias seria feita num novo terminal em Cacilhas, abandonando, a prazo, a actual localização de Alcântara, onde opera a Liscont, que está em litígio com o Estado.

A intenção, avançada ontem pelo jornal "Expresso" e confirmada pelo *i*, envolverá também a mudança para a Margem Sul do Tejo dos terminais de Santa Apolónia e Matinha. O objectivo é maximizar em Lisboa o tráfego de passageiros de cruzeiro, uma ideia que já foi aliás defendida no passado. Já está a ser construído um novo cais de passageiros em Santa Apolónia.

A construção de um novo terminal de contentores na Trafaria já estava prevista no Plano Estratégico de Transportes (PET) aprovado por este governo no final de 2011. Esta solução era apontada como alternativa em análise, que daria resposta aos problemas processuais e ambientais da expansão do terminal de Alcântara. O projecto envolveria um investimento superior a 500 milhões de euros, a realizar num horizonte de cinco anos. O investimento seria concretizado por privados, mediante um concurso de concessão da exploração do novo terminal.

O PET refere que esta infra-estrutura teria fundos de 16,5 metros e um potencial para movimentar até 2 milhões de TEUS (unidade equivalente a um contentor de seis metros) por ano. O projecto insere-se na política de aposta em infra-estruturas vocacionadas para o transporte de mercadorias e promoção das exportações.

No entanto, esta solução vai depender da vontade da Câmara de Almada, que já no passado se mostrou contra a ideia. De acordo com o "Expresso", o plano do governo terá mesmo a objecção das duas autarquias envolvidas: Almada e Lisboa.

O desenvolvimento deste empreendimento também poderá ficar condicionado pela decisão final sobre o contrato que o governo de Sócrates fechou com a Liscont e que previa a duplicação da capacidade do terminal de contentores de Alcântara. O projecto foi muito contestado, não só porque foi adjudicado sem concurso público, mas também devido ao impacto ambiental e visual na zona ribeirinha de Lisboa.

O contrato foi anulado na Assembleia da República e o projecto chumbado em sede de impacto ambiental. Mas o tribunal arbitral deu razão à Liscont, operadora do grupo Mota-Engil, num pedido de indemnização ao Estado. A matéria está a ser apreciada no Tribunal Constitucional. A saída dos contentores de Alcântara liberta uma área de cerca de 25 hectares com vasta frente ribeirinha numa zona nobre da cidade.